

Integridade da Informação e Integridade Eleitoral: Qual o papel dos EMB na Era Das Redes Sociais?

Simpósio ECONEC 2024 e 10ª Assembleia Geral

Documento de Diretrizes nº 36



Integridade da Informação e Integridade Eleitoral: Qual o papel dos EMBs na Era Das Redes Sociais?

Simpósio ECONEC 2024 e 10ª Assembleia Geral

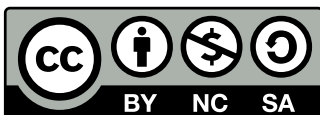
Documento de Diretrizes nº 36



IDEA International
Strömsborg
SE-103 34 Stockholm
SUËDE
+46 8 698 37 00
info@idea.int
www.idea.int

© 2025 Institut international pour la démocratie et l'assistance électorale e a Rede de Comissões Eleitorais da CEDEAO (ECONEC)

As publicações do International IDEA são independentes de interesses nacionais ou políticos específicos. as opiniões expressas nesta publicação não representam necessariamente as opiniões do International IDEA, da sua administração ou dos membros do seu conselho, ou a ECONEC.



Com exceção das imagens e fotos de terceiros, a versão eletrônica desta publicação está disponível sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Partilhalgual 4.0 (CCL). É permitido partilhar esta publicação ou criar obras derivadas da mesma apenas para fins não comerciais, desde que atribua corretamente a fonte e a distribua sob a mesma licença. Para mais informações sobre esta licença, consulte: <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>>.

IDEA International
Strömsborg
SE-103 34 Stockholm
SUÈDE
Téléphone: +46 8 698 37 00
E-mail: info@idea.int
Site: <<https://www.idea.int>>

Ilustração da capa: MS Copilot da International IDEA. Fotos de ECONEC
Graphisme: IDEA International
Révision: eVC-Tech

DOI: <<https://doi.org/10.31752/idea.2025.84>>

ISBN: 978-91-8137-045-4 (PDF)

Agradecimentos

As diretrizes apresentadas neste documento são resultado das discussões realizadas no Simpósio Anual de 2024 da Rede de Comissões Eleitorais (ECONEC) da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), sobre o tema "Integridade da Informação e Integridade Eleitoral: qual o papel dos Órgãos de Administração Eleitorais (EMBs) na era das redes sociais? A ECONEC agradece a todos que contribuíram para essas discussões, em especial aos palestrantes que prepararam o terreno com suas apresentações esclarecedoras e ao relator, Dr. Francis Sowa, por sua experiência e dedicação na elaboração deste documento.

Agradecemos imensamente também o apoio financeiro concedido ao Projeto de Fortalecimento das Capacidades Pan-Africanas para a Observação e Assistência Eleitoral (SPEC) – financiado pela União Europeia e implementado conjuntamente pelo Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA) e pelo Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável na África (EISA) – para esta publicação. Sua parceria e apoio têm sido inestimáveis para o avanço da missão da ECONEC de promover processos eleitorais legítimos, transparentes e inclusivos na África Ocidental.

Um agradecimento especial à equipe do projeto, incluindo Olufunto Akinduro e Vera Muring, do Departamento da África e Ásia Ocidental do International IDEA, e ao Sr. Chinedu Chinedu, do Secretariado da ECONEC, pela supervisão minuciosa durante o desenvolvimento deste artigo.

Table des matières

Agradecimentos	iv
Siglas	vii
Sumário executivo	1
Introdução	4
Capítulo 1	
Contexto político e socioeconômico	6
Capítulo 2	
Dados sobre desinformação e informações falsas na África Ocidental	9
Capítulo 3	
Marcos legais e normativos sobre desinformação e informações falsas na África Ocidental	11
Capítulo 4	
Práticas atuais para combater a desinformação e a informação falsa	13
Capítulo 5	
vantagens e desvantagens das abordagens: custo, impacto e escalabilidade	19
Capítulo 6	
Lições aprendidas para os EMBs na África Ocidental	23
6.1. Inovação	23
6.2. Colaboração	24
6.3. Regulação	25
Capítulo 7	
Conclusões	26
Capítulo 8	
Recomendações	28
8.1. Resumo das recomendações e calendários no ciclo eleitoral	31
Referências	33
Anexo A: Nota conceitual	37
Anexo B: Programação	41

Sobre a ECONEC	44
Sobre a IDEA International	46

Siglas

IA	Inteligência Artificial
OSCs	Organizações da sociedade civil
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
ECONEC	Rede de Comissões Eleitorais da CEDEAO
EC	Comissão Eleitoral
EMBs	Órgãos de administração eleitoral
FIMI	Manipulação de informação e ingerência estrangeira
FOI	Liberdade de Informação
IPAC	Comitê Consultivo Interpartidário
PvR	Cadastro Provisório de Eleitores
UCG	Mudanças inconstitucionais de governo

Sumário Executivo

Para que eleições sejam livres, justas e legítimas, o eleitorado deve ter acesso à informação precisa e atualizada em todos os estágios do processo eleitoral. Os Órgãos de Administração Eleitoral (EMBs) devem assegurar a integridade tanto da informação, quanto da eleição. Muitas vezes, os EMBs se encontram inadvertidamente no centro dessa dinâmica. Por um lado, a credibilidade das eleições que supervisionam depende do nível de informação dos cidadãos; por outro, os EMBs operam em um ambiente informacional complexo e frequentemente hostil – marcado por desinformação, notícias falsas, propaganda gerada por inteligência artificial e outras práticas e atores manipuladores.

Dadas essas circunstâncias, a Rede de Comissões Eleitorais da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECONEC) realizou seu simpósio anual de 2024 e sua 10ª assembleia geral de 11 a 12 de novembro de 2024 em Freetown, Serra Leoa, com o tema 'Integridade da Informação e Integridade Eleitoral: qual o Papel dos EMBs na era das Redes Sociais?' O simpósio reuniu diversos agentes interessados, incluindo órgãos de administração eleitoral (EMBs) dos Estados-membros, organizações da sociedade civil, especialistas em comunicação e parceiros de desenvolvimento. O evento foi composto por seis painéis de discussão: (a) análise das eleições recentes na região; (b) marcos normativos sobre acesso à informação e processos eleitorais; (c) garantindo o acesso à informação sobre eleições; (d) oportunidades e desafios do acesso à informação na era digital; (e) estratégias do EMB para garantir acesso à informação durante as eleições; e (f) utilização das redes sociais para defender a liberdade de acesso à informação. As discussões enfatizaram a necessidade de garantir o acesso à informação e a transparência, compreender e aproveitar os canais de mídia tradicionais e sociais, implementar uma educação eleitoral eficaz e estabelecer uma regulamentação democrática das plataformas de mídia digital e social para proteger a informação e a integridade eleitoral.

Observa-se um aumento nas campanhas de disseminação de informações falsas, frequentemente em plataformas de redes sociais (Facebook, WhatsApp, TikTok, etc.), que influenciam a percepção dos eleitores e minam a integridade eleitoral na região.

Além disso, o simpósio foi realizado num momento em que a crescente apatia dos eleitores em relação às eleições, aliada ao uso generalizado das redes sociais para disseminar informações falsas, está levando a uma aceitação cada vez maior de mudanças inconstitucionais de governo (UCG) e à ascensão de regimes militares autocráticos na África Ocidental. Observa-se um aumento nas campanhas de disseminação de informações falsas, frequentemente em plataformas de redes sociais (Facebook, WhatsApp, TikTok, etc.), que influenciam a percepção dos eleitores e minam a integridade eleitoral na região.

As principais orientações que surgiram do simpósio são:

1. *Aprimore o acesso à informação e promova a divulgação ativa para combater a desinformação e informações falsas.* Isso envolverá a manutenção de uma plataforma oficial (para computadores e dispositivos móveis) dinâmica e fácil de usar, que forneça atualizações eleitorais em tempo real, a organização de campanhas de conscientização pública e o estabelecimento de uma unidade dedicada à integridade da informação.
2. *Utilize plataformas de mídia tradicionais e sociais e desenvolva uma estratégia de comunicação de resposta rápida:* Isso envolverá a criação de equipes de comunicação especializadas, a publicação de atualizações frequentes, a manutenção de canais abertos para consultas dos eleitores, a criação de conteúdo interativo que explique claramente o processo eleitoral e a implementação de um protocolo de resposta rápida para retificar prontamente informações falsas por meio de plataformas oficiais, como sites, mensagens SMS, rádio e redes sociais.
3. *Lance campanhas de educação midiática e informacional:* Isso envolverá a implementação de iniciativas de mídia tanto em âmbito nacional, quanto comunitário para fortalecer a resiliência do eleitorado contra a desinformação e informações falsas, o estabelecimento de códigos de conduta e o desenvolvimento de programas de capacitação para atores políticos sobre campanhas éticas, compartilhamento de informações e utilização de redes sociais e plataformas de IA para fornecer educação eleitoral contínua.
4. *Defenda a regulação democrática eficaz das plataformas digitais e de redes sociais:* Isso inclui trabalhar com agências nacionais de cibersegurança e legisladores para promulgar leis que criminalizem campanhas coordenadas de desinformação eleitoral, protegendo ao mesmo tempo a liberdade de expressão; desenvolver sistemas para identificar narrativas emergentes e tendências de desinformação; e responder rapidamente com informações precisas.

5. Colabore com agências de checagem de informações: Isso envolve estabelecer parcerias com órgãos independentes de verificação de fatos e organizações da sociedade civil (OSCs) para verificar e desmentir informações falsas, especialmente durante o cadastramento de eleitores e as eleições.

Introdução

Para que eleições sejam livres, justas e legítimas, o eleitorado deve ter acesso à informação precisa e atualizada em todos os estágios do processo eleitoral.

Para que eleições sejam livres, justas e legítimas, o eleitorado deve ter acesso à informação precisa e atualizada em todos os estágios do processo eleitoral. Órgãos de administração eleitoral (EMBs) devem assegurar a integridade tanto da informação, quanto da eleição. Muitas vezes, os EMBs se encontram inadvertidamente no centro desse cenário. Por um lado, a credibilidade das eleições que supervisionam depende do nível de informação dos cidadãos; por outro, os EMBs operam em um ambiente informacional complexo e frequentemente hostil – marcado por desinformação, notícias falsas, propaganda gerada por inteligência artificial e outras técnicas e atores manipuladores.¹

Os princípios fundamentais que sustentam a integridade eleitoral incluem conduta ética, justiça e imparcialidade, transparência e prestação de contas. Esses princípios são essenciais para a legitimidade da governança democrática. Eles envolvem adesão aos padrões internacionalmente reconhecidos ao longo de todo o processo eleitoral, garantindo eleições livres, justas e legítimas, refletindo precisamente a vontade popular. Seus princípios fundamentais incluem transparência, inclusão e prestação de contas, que dependem de acesso à informação (Norris 2014).

A integridade da informação refere-se à precisão, consistência e credibilidade do conteúdo informativo, dos processos e sistemas que apoiam um ambiente informacional saudável. A integridade da informação só pode ser garantida com o acesso à informação (Hanafin 2022). É essencial assegurar a integridade eleitoral, especialmente no atual ambiente de comunicação digital e impulsionado pela IA (PNUD 2023).

As principais barreiras à integridade eleitoral e da informação são as informações falsas e a desinformação circulantes em redes sociais, que

¹ Discurso de abertura do simpósio feito por Mohamed Kenewui Konneh, Presidente da Comissão Eleitoral de Serra Leoa (ECSL) e Presidente da ECONEC.

distorcem a compreensão do eleitor e levam à desconfiança (Hassan 2022). Wardle (2020) descreve o ambiente midiático atual e sua contaminação como desordem informacional, que ocorre quando a verdade e os fatos coexistem com informações falsas e desinformação, tais como teorias da conspiração, mentiras, propaganda e meias-verdades (Wardle 2019; USAID 2021; Helm e Nasu 2021).

Desinformação é uma informação falsa ou errada que não tem a intenção de causar dano. Os indivíduos que a compartilham podem até acreditar que estão ajudando (Ireton e Posetti 2018; Lazer et al. 2018; Wardle 2019; e Helm e Nasu 2021). Informação falsa, no entanto, é uma informação não verdadeira, deliberada e conscientemente criada e espalhada para enganar e prejudicar outras pessoas (Lazer et al. 2018; Wardle 2019; e Helm e Nasu 2021). A desordem informacional ameaça o tecido social das sociedades multiétnicas em toda a região da África Ocidental. Embora este problema não seja novo, a fase atual é mais desafiadora devido à manipulação generalizada, à facilidade de compartilhamento de informações, às técnicas diversificadas e ao número crescente de atores, incluindo indivíduos, entidades estatais, governos estrangeiros e empresas especializadas (Hassan, 2022). Como resultado, "há uma pandemia de informações falsas em todo o mundo, dificultando o acesso dos indivíduos a informações confiáveis" (Munene e Oloo, 2024).

Os ecossistemas de informação da África Ocidental, que combinam as redes sociais, a mídia tradicional e a comunicação informal, com conteúdo que muitas vezes se espalha de plataformas digitais para o boca a boca, estão se tornando cada vez mais vulneráveis à desinformação e informações falsas, especialmente durante eleições. Conteúdos audiovisuais (vídeos, imagens e bate-papos automatizados) funcionam como os principais vetores em um ecossistema suscetível à desinformação e manipulações étnico-religiosas (Hassan 2022). Campanhas de desinformação e notícias falsas, discursos de ódio e interrupções da internet minam diretamente a confiança pública nos processos eleitorais (UNDP 2024). Tanto atores estatais, quanto não estatais têm explorado a desinformação para influenciar resultados eleitorais, aumentar as tensões ou enfraquecer instituições democráticas. Tendências emergentes mostram como conteúdos gerados por IA (ex. notícias falsas), artigos falsos, vídeos manipulados, propagandas disseminadas por robôs e microsegmentação avançada por meio das mídias sociais têm sido usados para perturbar campanhas eleitorais na Nigéria, Quênia, Gana, Serra Leoa e outros países (CivicHive 2024; Itodo 2024; Okolo 2024). Isso inevitavelmente aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas de informação da África Ocidental durante as eleições. O surgimento desses desafios ressalta a necessidade urgente de salvaguardar a integridade do ambiente informacional, especialmente na esfera digital, durante os processos eleitorais.²

Os ecossistemas de informação da África Ocidental, que combinam as redes sociais, a mídia tradicional e a comunicação informal, com conteúdo que muitas vezes se espalha de plataformas digitais para o boca a boca, estão se tornando cada vez mais vulneráveis à desinformação e informações falsas, especialmente durante eleições.

² Nota conceitual, Simpósio e Assembleia Geral da ECONEC 2024

Capítulo 1

Contexto Político e Socioeconômico

Muitos países da África Ocidental passaram por transições de regimes militares ou autoritários para uma democracia multipartidária nos anos de 1990 ou início dos 2000. A cena política regional permanece dinâmica, apesar de, em anos recentes ter havido um ressurgimento de golpes militares na África Ocidental, com diversos governos de transição atualmente em vigor (Hassan 2024). Golpes militares ocorreram em Mali, Guiné, Burquina Faso e Níger, entre 2020 e 2023, resultando em mudanças de poder não ocorridas por meio de eleições. Além disso, esses países dissolveram totalmente seus EMBs ou os enfraqueceram por meio do desmantelamento sistemático dessas instituições eleitorais independentes, sinalizando uma preocupante erosão das normas democráticas. Esses acontecimentos também trouxeram sérias ramificações regionais, uma vez que Mali, Níger e Burquina Faso deixaram formalmente a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), um dos blocos mais fortes da África. Os países formaram um novo acordo denominado Aliança dos Estados do Sahel (AES), causando a desintegração regional.

Apesar dessa tendência preocupante, vários países da África Ocidental continuam a ser exemplos de democracias estáveis e exemplares. Em Gana, a Comissão Eleitoral (EC) recebeu elogios generalizados por coordenar o que foram consideradas eleições transparentes e legítimas por observadores regionais e internacionais (Africa Report 2024). Em Senegal, apesar de alguns problemas iniciais, as eleições terminaram por levar o presidente mais jovem do continente ao poder (Melly, 2024). Novamente, apesar das turbulências políticas, a eleição foi considerada um símbolo importante, que reforçou a resiliência democrática do Senegal (Idrac 2024). Além disso, a Nigéria, também deu importantes passos democráticos quando o presidente Muhammadu Buhari entregou pacificamente o poder em 2023 ao seu sucessor, Bola Tinubu, seguindo sua própria trajetória como o primeiro candidato da oposição a derrotar um governante em exercício por meio de uma eleição democrática (The Commonwealth 2023).



Foto: ECONEC.

A democracia e os processos eleitorais permanecem cruciais na governança regional (Hassan, 2024). Entretanto, os EMBs operam em sistemas políticos frágeis, o que pode resultar em manipulação institucional e violência eleitoral (Security Council Report 2011). Kofi Annan (2014) salienta que a queda de confiança nas comissões eleitorais devido às influências executivas mina a independência do EMB. A consolidação democrática permanece inconsistente, com frequentes alegações de fraudes, adulteração de votos, manipulação por parte dos governantes em exercício e violência após a eleição. Exemplos incluem Guiné (violência eleitoral de 2020), Nigéria (problemas contínuos de confiança nos processos da Comissão Eleitoral Nacional Independente) e Serra Leoa (eleições contestadas em 2023 e reclamações sobre os resultados).

Existem também fragilidades legais e institucionais entre os próprios EMBs, com falhas no registo de eleitores, logística e planejamento inadequados e falta de transparência na gestão dos resultados (Nata 2024).

Muitos EMBs dependem significativamente do financiamento de doadores internacionais para logística, capacitação, educação eleitoral e apoio

A democracia e os processos eleitorais permanecem cruciais na governança regional (Hassan, 2024). Entretanto, os EMBs operam em sistemas políticos frágeis, o que pode resultar em manipulação institucional e violência eleitoral.

tecnológico eleitoral (por exemplo, registro biométrico, observação eleitoral). Isto cria oportunidades para o desenvolvimento de competências, mas também riscos de interferência externa ou dependência (International IDEA & OSIWA 2016).

O impacto da pobreza torna-se ainda mais evidente quando as eleições são altamente competitivas.

As precárias condições socioeconômicas, que se manifestam como pobreza, desigualdades persistentes e crescentes e aumento do desemprego – representam um sério risco externo para eleições pacíficas. Vários estudos (incluindo Krug et al. 2002) mostram uma clara ligação entre pobreza, desigualdade e agitação política, especialmente a violência associada às eleições. Altos índices de pobreza tornam os eleitores vulneráveis à compra de votos, clientelismo e aliciamentos políticos, como presentes, dinheiro ou comida em troca de votos. O impacto da pobreza torna-se ainda mais evidente quando as eleições são altamente competitivas (Jensen e Justesen 2014).

Capítulo 2

Dados Sobre Desinformação e Informações Falsas na África Ocidental

Há uma escassez de dados sobre campanhas de desinformação e circulação de informações falsas durante as eleições na África Ocidental. No entanto, um relatório de 2022 do Centro Africano de Estudos Estratégicos identifica 23 campanhas de disseminação de informações falsas dirigidas a países africanos, remontando a 2014 (Atlantic Council 2022). Desde então, houve um aumento nas campanhas de desinformação, frequentemente em plataformas de redes sociais (Facebook, WhatsApp, TikTok, etc.), que influenciam a percepção dos eleitores e enfraquecem a integridade eleitoral na África Ocidental. Observou-se uma sofisticação e organização renovadas na disseminação da desinformação, com esforços geralmente voltados para glorificar ou deslegitimar aspirantes políticos e minar a credibilidade das instituições (CDD 2022).

A África Ocidental foi responsável por quase 40% das campanhas envolvendo informações falsas documentadas em todo o continente, com aproximadamente 72 campanhas espalhadas por 13 países. Cerca de metade dessas campanhas estavam ligadas às redes russas, com um foco notável na região do Sahel—19 campanhas desde 2018 tendo como foco Mali, Burkina Faso e Níger (Africa Center for Strategic Studies, 2024).

Na Nigéria, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (2022) destacou mais de 60 incidentes de informações falsas, esforços de checagem de fatos e vulnerabilidades em plataformas antes das eleições de 2023. O papel das redes sociais em moldar a política Nigeriana desenvolveu-se significativamente na última década e meia.

Em Gana, um estudo do Instituto Republicano Internacional (2024) concluiu que o WhatsApp, utilizado por cerca de 10,1 milhões de Ganeses, ou aproximadamente metade de todos os usuários da internet, foi o principal canal de circulação de informações falsas. As páginas públicas e os anúncios dos 7,4 milhões de usuários do Facebook amplificaram alegações mentirosas utilizadas para propagar informações falsas. Também o X (anteriormente

A África Ocidental foi responsável por quase 40% das campanhas envolvendo informações falsas documentadas em todo o continente, com aproximadamente 72 campanhas espalhadas por 13 países.



Foto: ECONEC.

Twitter) e o Instagram foram usados como plataformas para disseminar informações falsas.

No Senegal, um estudo realizado pela AfricTivistes e pela Democracy Reporting International avaliou a confiabilidade de bate-papos automatizados por IA em Uolofe e Francês, antes das eleições legislativas do país, ocorrida em 17 de novembro de 2024. O estudo revelou que respostas geradas por IA continham frequentemente afirmações não verificadas ou imprecisas, ressaltando o risco de desinformação representado pela IA generativa.

Durante as eleições de 24 de junho de 2023 em Serra Leoa, o Relatório da Missão de Observação Eleitoral da UE (UE 2024) identificou conteúdo de ódio em 409 publicações no Facebook e em comentários de 550 tweets; 49 publicações e 10 tweets continham mensagens etnofóbicas. Informações falsas foram disseminadas, principalmente, através de grupos de WhatsApp com o intuito de confundir os eleitores e influenciar suas escolhas eleitorais.

Capítulo 3

Marcos Legais e Normativos Sobre Desinformação e Informações Falsas na África

Entre 2016 e 2021, o Africa Check analisou 11 países Africanos e constatou que eles quase que dobraram o número de leis e regulamentos relacionados à desinformação, aumentando de cerca de 17 para 31, cobrindo áreas como crimes cibernéticos, regulamentação da imprensa e ordem pública. Eles incluem países da África Ocidental, como Benin, Burquina Faso, Costa do Marfim, Nigéria, Níger e Senegal (Africa Check, 2021).



Foto: ECONEC.

A Lei de Crimes e Cibersegurança de Serra Leoa, de 2021, criminaliza o envio de mensagens falsas ou outros conteúdos com a intenção de causar perigo, obstrução, insulto, lesão, intimidação criminosa, inimizade, ódio, má vontade

ou ansiedade desnecessária a terceiros. A Lei de Cibersegurança de Gana de 2020 (Lei 1038) tipifica como crimes o cyberbullying, sites falsos, falsificação de identidade e fraude eletrônica, alguns dos quais podem se sobrepor ao de disseminar informações falsas. A Lei de Comunicações Eletrônicas de 2008 (Lei 775) também criminaliza a transmissão de "declarações falsas ou enganosas" por meio de comunicações eletrônicas, caso possam colocar em risco a segurança, ou causem pânico público. A Lei de Crimes Cibernéticos do Níger (2020) traz como crime a criação e a disseminação de informações falsas ou difamatórias. A Lei de Mali sobre o Regime de Imprensa e Crimes da Imprensa (2000) e a Lei de Crimes Cibernéticos (Lei nº 2019-056) tipificam criminalmente a desinformação e impõem multas e penas de prisão. O Código Penal e as Leis Digitais de Burkina Faso (2019/2020) criminalizam a publicação de notícias falsas relacionadas às questões de segurança e à limitação da velocidade da internet durante as eleições. A Lei de Imprensa da Costa do Marfim (2017) criminaliza notícias falsas e o Código de Imprensa do Senegal (2017) tipifica como crime a publicação de notícias falsas que prejudiquem a moral ou as instituições públicas. A Lei de Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais de Guiné (Lei n. L/2016/037/AN) criminaliza críticas feitas em ambientes virtuais ou "mensagens com dados falsos", incluindo publicações em redes sociais. A Lei de Crimes Cibernéticos da Nigéria (2015) tipifica criminalmente a disseminação de informações falsas que causem ofensa ou influenciem as eleições, com penalidades que incluem prisão e multas.

Entre 2016 e 2021, o Africa Check examinou 11 países Africanos e constatou que eles quase que dobraram o número de leis e regulamentos relacionados à desinformação, aumentando de cerca de 17 para 31, cobrindo áreas como crimes cibernéticos, regulamentação da imprensa e ordem pública.

Capítulo 4

Práticas Atuais para Combater a Desinformação e a Informação Falsa

A sessão sobre “Marcos Normativos sobre Acesso à Informação e Processos Eleitorais”, destacou o acesso à informação como um método essencial para combater a desinformação e as informações falsas.

O Simpósio Anual e a 10ª Assembleia Geral, ocorrida em Freetown, capital de Serra Leoa, discutiu o papel dos EMBs em assegurar integridade eleitoral e informacional na era das redes sociais. Todos os seis painéis de discussão focaram em estratégias para tratar a desinformação e a circulação de informações falsas, garantindo assim a integridade das informações e eleitoral na região. Eles incluíram: (a) Análise das Eleições Recentes na Região; (b) Marcos Normativos sobre Acesso à informação e Processos Eleitorais; (c) Garantindo o Acesso à Informação sobre Eleições; (d) Oportunidades e Desafios do Acesso à Informação na Era Digital; (e) Estratégias do EMB para Garantir o Acesso à Informação durante as Eleições; e (f) Utilização das Redes Sociais para defender a Liberdade de Acesso à Informação.

A principal abordagem para combater a desinformação e as informações falsas discutida durante o simpósio foi **assegurar o acesso à informação e a divulgação ativa**. Esse enfoque foi dado em diversos painéis. Os debates durante a apresentação sobre “Eleições recentes na África Ocidental” destacaram como os EMBs na Libéria e no Senegal ampliaram o acesso à informação, utilizando de forma eficaz tanto as novas mídias, quanto as tradicionais; e fortalecendo as plataformas de comunicação. A Libéria estabeleceu uma Seção de Comunicação e um Comitê de Resposta Estratégica, que respondiam a informações falsas em até uma hora e forneciam atualizações precisas sobre o processo eleitoral. Já o Senegal forneceu informações em tempo real, tendo a autoridade eleitoral divulgado os detalhes ativamente. Os EMBs reconheceram a importância do envolvimento das diversas partes interessadas no processo eleitoral e o utilizaram diversos canais e plataformas de comunicação.³

³ Serigne Mamadou Ka, Secretário Executivo da ECONEC, moderou a sessão com dois painelistas: Alvin T. Jalloh, da Comissão Eleitoral Nacional da Libéria (NEC Libéria), e Papa Birame Sene, da Direção Geral Eleitoral (DGE) do Senegal. As duas eleições, em 2023 e 2024, ocorreram após o último simpósio da ECONEC.



Foto: ECONEC.

A sessão sobre “Marcos Normativos sobre Acesso à Informação e Processos Eleitorais”, destacou o acesso à informação como um método essencial para combater a desinformação e as informações falsas. De acordo com a apresentação e discussões subsequentes, os princípios globais de acesso à informação garantem que esse é um direito fundamental para todos. Liberdade de Informação (FOI), na sigla em inglês, é um direito humano fundamental e um elemento essencial de todas as liberdades defendidas pelas Nações Unidas. A liberdade de informação funciona tanto como um direito autônomo, quanto como um direito que influencia outros, uma vez que pode ser usada para concretizar outras garantias, incluindo o direito à participação democrática, conforme estabelecido no Artigo 13 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Os marcos legais enfatizam que o acesso à informação é um direito de todos, e que toda informação em posse dos órgãos governamentais, incluindo os EMBS são, em princípio, públicas.

Uma das apresentações, sobre “Como garantir o Acesso à Informação sobre Eleições”, destacou a necessidade de divulgar informações de forma ativa através de uma comunicação eficaz. Por meio do Cadastro Provisório de Eleitores (PVR), a Comissão Eleitoral de Gana ajudou no combate à desinformação e circulação de informações falsas, assegurando a integridade eleitoral e de informação. A EC apresentou o Cadastro Provisório de Eleitores (PVR) o que imediatamente gerou preocupação por parte do Congresso Nacional Democrático (NDC), o maior partido de oposição do Gana. O NDC

argumentou que o cadastro continha irregularidades e exigiu uma auditoria forense independente, que considerou crucial para manter a integridade das eleições. Em resposta, a Comissão Eleitoral defendeu os mecanismos legais estabelecidos para a verificação dos eleitores e comprometeu-se a realizar uma reavaliação para retificar quaisquer imprecisões. Isso levou a uma manifestação em todo o país organizada pelo NDC para pressionar o partido a defender suas reivindicações. A Comissão Eleitoral organizou uma reunião transmitida ao vivo no âmbito do Comitê Consultivo Interpartidário (IPAC) para que todas as partes interessadas pudessem apresentar provas de irregularidades para verificação, concordando assim, pela primeira vez, com a cobertura mediática da reunião do IPAC. O processo eleitoral foi disponibilizado ao público por meio de transmissão ao vivo e foi implementada uma opção de verificação pela internet para que os eleitores pudessem consultar seu cadastro eleitoral. A EC demonstrou um compromisso com uma comunicação acessível e eficiente. Com esses esforços, a EC respondeu às preocupações das partes interessadas sobre o cadastro.⁴

A segunda abordagem para combater a desinformação e a circulação de informações falsas, discutida durante o simpósio, foi compreender o fluxo de informação e melhorar a comunicação, através do uso eficaz dos meios de comunicação tradicionais e das redes sociais durante o processo eleitoral.

A segunda abordagem para combater a desinformação e a circulação de informações falsas, discutida durante o simpósio, foi **compreender o fluxo de informação e melhorar a comunicação, através do uso eficaz dos meios de comunicação tradicionais e das redes sociais durante o processo eleitoral**. O painel sobre "Acesso à Informação na Era Digital: Oportunidades e Desafios" salientou que, no âmbito do fluxo de informações, o foco tem sido na 'fonte', por meio da checagem de fatos, e no 'receptor', por meio da educação midiática e informacional. O 'canal', como a 'plataforma', que promove a transparência, tem recebido menos atenção. O ponto principal é que, na comunicação, a fonte, o canal e o receptor são todos vitais e desempenham um papel fundamental para garantir a integridade da informação.⁵

O painel sobre "Estratégias do EMB para Garantir o Acesso à Informação Durante as Eleições" também discutiu maneiras de **melhorar a comunicação durante o processo eleitoral**, incluindo a identificação dos tipos de informação que os cidadãos têm o direito de saber. Os órgãos de gestão eleitoral devem cumprir suas responsabilidades como instituições que facilitam o acesso dos cidadãos à informação, esclarecendo primeiramente quais informações os cidadãos necessitam durante as eleições. Uma vez que haja um acordo explícito sobre isso, eles poderão compreender melhor as tendências e o cenário em constante mudanças que circulam as eleições, permitindo-lhes atender às demandas de informação de forma mais eficaz.⁶

Utilizando plataformas de mídia tradicionais e redes sociais durante o processo eleitoral, as discussões sobre "Eleições Recentes na África Ocidental" demonstraram como os EMBs na Libéria e no Senegal melhoraram o acesso à informação, usando de forma eficaz tanto as novas mídias, quanto

⁴ Do artigo "Uma visão geral das boas práticas em informação e comunicação ao eleitor: um estudo de caso do Gana", de Emmanuel O. Akwetey, do Instituto para a Governança Democrática (IDEG).

⁵ Trecho do artigo "Acesso à Informação na Era Digital: Oportunidades e Desafios", de George Sarpong, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Mídia, Gana.

⁶ Do artigo "Como os EMBs podem garantir o acesso à informação", de Olufunto Akinduro, coordenador sênior de programas da International IDEA.

as tradicionais, fortalecendo assim os canais de comunicação. Já existem estratégias e departamentos de comunicação nos EMBs. Também se discutiu a oportunidade trazida pela internet, especialmente pelas redes sociais, que democratizou a comunicação e criou mais oportunidades de inclusão para grupos sub-representados nos processos políticos. As redes sociais deram possibilidade aos grupos marginalizados de promoverem contranarrativas, anteciparem manipulações políticas e construir diversas redes de dissidência (Jackson, Bailey e Welles 2020).

O painel sobre "A Utilização das redes sociais para defender a liberdade de acesso à informação" ofereceu sugestões e orientações sobre como os EMBs poderiam usar as redes sociais para cumprir sua obrigação de fornecer aos cidadãos acesso à informação sobre o processo eleitoral. Os principais pontos destacados foram que, na era digital, com o advento da internet e das plataformas de mídias sociais, todos são uma fonte de informação; as redes sociais têm impactos tanto negativos quanto positivos; e a desordem informacional é uma tática sutil de poder. Existe um modelo de negócios por trás dessas inovações – Facebook, Twitter/X, WhatsApp, TikTok e IA – que os EMBs devem compreender.⁷

A terceira abordagem discutida durante o Simpósio para tratar a desinformação e circulação de informações falsas é a **utilização de estratégias eficazes de informação e educação do eleitor no processo eleitoral**. A apresentação "Estratégias do EMB para Garantir o Acesso à Informação durante as Eleições" destacou as estratégias de informação para o eleitor utilizadas em Serra Leoa, nas eleições de 2023. Foi apresentado um "projeto de estrutura de árvore" composto por raízes, tronco, galhos e frutos.⁸

As 'raízes' representam princípios fundamentais de transparência, prestação de contas e confiança pública. Para conquistar a confiança pública, a EC se engajou consistentemente com o público, orientada por sua política de comunicação. O "tronco" refere-se às estratégias que a Comissão Eleitoral empregou para informar e educar o público, incluindo campanhas de conscientização por meio de eventos itinerantes e serviços de informação ao eleitor, como a criação de mensagens simples e multilíngues, em todos os 16 idiomas locais. Dada a prevalência de desinformação e informações falsas durante as eleições, as mensagens em línguas locais desempenharam um papel crucial no combate a esses problemas. A EC também disponibilizou linhas telefônicas gratuitas e um aplicativo para responder a perguntas e verificar os dados dos eleitores. A organização colaborou e apoiou organizações da sociedade civil e a Associação de Jornalistas de Serra Leoa para facilitar a educação eleitoral em áreas remotas. Para promover a inclusão, as mensagens foram adaptadas para pessoas com deficiência e mulheres. A Comissão Eleitoral estabeleceu parcerias com estações de rádio

Os principais pontos destacados foram que, na era digital, com o advento da internet e das plataformas de mídias sociais, todos são uma fonte de informação; as redes sociais têm impactos tanto negativos quanto positivos; e a desordem informacional é uma tática sutil de poder.

⁷ Apresentação sobre "A Utilização das Redes Sociais para defender a liberdade de acesso à informação", de Kojo Impraim (PhD), Diretor de Mídia para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável da Fundação de Mídia para a África Ocidental, na Conferência Anual da ECONEC em Serra Leoa, de 11 a 12 de novembro de 2024.

⁸ Apresentação sobre "Estratégias do EMB para Garantir o Acesso à Informação Durante as Eleições" – A Experiência de Serra Leoa, por Zainab Umu Moseray, Comissária da Região Ocidental da Comissão Eleitoral de Serra Leoa, na Reunião Anual da ECONEC em Serra Leoa, 11 a 12 de novembro de 2024.

e televisão, imprensa escrita e plataformas digitais para divulgar informações sobre o processo eleitoral. A organização interagiu com partidos políticos por meio do Comitê de Relacionamento com Partidos Políticos e estabeleceu uma plataforma da sociedade civil. Os "ramos" representam as ferramentas e iniciativas específicas para alcançar o público, como a utilização de plataformas digitais e de redes sociais (incluindo páginas na internet, perfis no Facebook, publicações no Twitter [agora X] e Instagram). Mensagens de áudio e WhatsApp também foram elaboradas, utilizando-se canais de comunicação comuns. O envolvimento da comunidade foi fomentado por meio de reuniões de educação eleitoral em nível comunitário com as principais partes interessadas. Os "frutos" representam o resultado e os benefícios, como a tomada de decisões informadas pelos eleitores, a redução dos votos nulos para menos de 1% e a realização de eleições pacíficas. A desinformação foi reduzida em grande medida.

É preciso atentar para como mudar a atitude dos cidadãos, visto que eles se tornaram mais criteriosos na identificação de informações corretas e incorretas, verificando-as por meio de checagem cruzada.

Os principais desafios no trabalho do EMB foram a constante desinformação e circulação de informações falsas por parte dos políticos, bem como recursos e ferramentas tecnológicas inadequados. A desinformação alimentou a desconfiança nas eleições de 2023 e definiu o tom para a rejeição total dos resultados, especialmente pelo principal partido da oposição. A ECSL adotou uma abordagem direta para a educação do eleitor, visando garantir a integridade das eleições. As diversas estratégias utilizadas pela ECSL visavam promover o acesso à informação. No entanto, a ECSL enfrentou dificuldades devido à falta de recursos adequados. O tema de como os EMBS podem promover o acesso à informação foi debatido na apresentação "Estratégias do EMB para Garantir o Acesso à Informação durante as Eleições". Os EMBS devem produzir informações para o eleitor, planos de educação eleitoral e estratégias de comunicação. É preciso atentar para como mudar a atitude dos cidadãos, visto que eles se tornaram mais criteriosos na identificação de informações corretas e incorretas, verificando-as por meio de checagem cruzada.⁹

A quarta abordagem discutida durante o simpósio para combater a desinformação e a informação falsa é a **necessidade de uma regulamentação eficaz das plataformas de mídia digital e social por meios democráticos**. A apresentação "Acesso à Informação na Era Digital: Oportunidades e Desafios" examinou como o uso das mídias sociais criou tanto oportunidades como riscos relativos ao acesso à informação durante o processo eleitoral e a promoção do desencontro de informações. Além de políticos criticando os EMBS, alguns atores mais influentes e maliciosos amplificam suas narrativas. Há ainda a questão mais insidiosa da Manipulação de Informação e Ingerência Estrangeira (FIMI, na sigla em inglês), uma atividade em grande parte não ilegal que ameaça ou pode influenciar negativamente valores, procedimentos e processos políticos. A FIMI tem como alvo as EMBS, com políticos por vezes atuando como agentes maliciosos¹⁰. Apesar da existência de instrumentos legais e normativos, as plataformas tecnológicas globais têm presença

⁹ Akinduro, Como os EMBS podem Garantir o Acesso à Informação'.

¹⁰ Do artigo: Acesso à Informação na Era Digital: oportunidades e desafios, de George Sarpong, Secretário Executivo, Comissão Nacional de Mídia, Gana.

regulatória limitada na África Ocidental, concentrando-se principalmente em países politicamente influentes como Nigéria, Gana, Senegal e Costa do Marfim. Mesmo nesses mercados-chave, as plataformas não conseguem moderar o conteúdo de forma eficaz, nem manter seus próprios padrões (Hassan 2022).

Capítulo 5

Vantagens e Desvantagens das Abordagens: Custo, Impacto e Escalabilidade

Em termos de efetividade, **as leis e os marcos legais para o acesso à informação e a divulgação proativa** já estão estabelecidos. Entre eles, destacam-se a Lei Modelo de Acesso à Informação para a África (2013), as Diretrizes sobre Acesso à Informação e Eleições na África e leis nacionais sobre liberdade de informação. Não há necessidade de desenvolver novas leis e marcos legais. Os EMBs precisam, simplesmente, de forma planejada e consciente, garantir o acesso à informação, a fim de evitar um vácuo que permita a proliferação de desinformação e informações falsas. No entanto, a abundância de informações e a falta de restrição a informações confidenciais ou sigilosas podem prejudicar o trabalho dos EMBs.

Com um eficaz acesso à informação, os EMBs podem se manter à frente no combate à desinformação e à informação falsa, oferecendo proativamente dados atualizados e precisos.

Com um eficaz acesso à informação, os EMBs podem se manter à frente no combate à desinformação e às informações falsas, oferecendo proativamente dados atualizados e precisos. O exemplo da Comissão Eleitoral do Gana demonstra que os EMBs podem causar um impacto significativo ao alcançar a transparência por meio do engajamento público, desenvolvendo canais de comunicação acessíveis e inclusivos e fomentando a colaboração entre as partes interessadas. No entanto, em alguns casos, os EMBs se mostram reticentes, deixando de garantir o acesso à informação e permitindo que a desinformação e as informações falsas se proliferem.

O acesso à informação pode ser ampliado por meio do empenho dos EMBs em divulgar informações proativamente e pelo uso eficaz do rádio e de métodos de comunicação tradicionais, que são acessíveis em todos os países da região.

A maioria dos EMBs já possuem um departamento de comunicação e relações institucionais, departamentos de educação eleitoral e educação cívica, além de programas e atividades de comunicação em andamento. No entanto, uma comunicação eficaz exigirá recursos financeiros, técnicos e humanos para a execução das tarefas de comunicação e mídia. Além disso, fornecer

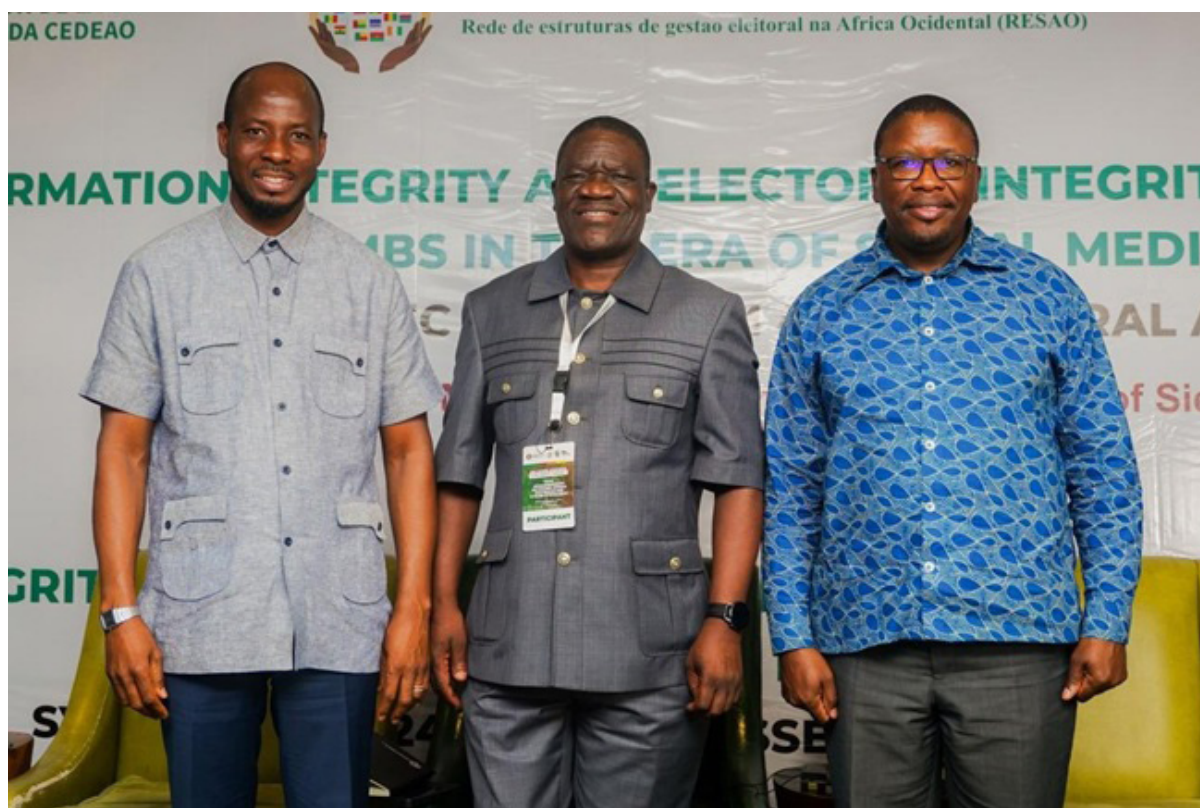


Foto: ECONEC.

informações nem sempre produz o impacto desejado. Algumas pessoas se apegam às suas crenças e percepções preexistentes.

Para o uso eficaz das plataformas de redes sociais, já existem as Diretrizes sobre Acesso à Informação e Eleições na África. Os EMBs podem utilizá-las para aprimorar suas habilidades e, juntamente com outras partes interessadas relevantes no processo eleitoral, aproveitar as vantagens das redes sociais e evitar os efeitos adversos das novas tecnologias digitais emergentes. No entanto, as Diretrizes não são vinculativas para os Estados-Membros. Eles podem optar por utilizá-las e segui-las a seu critério.

Em termos de impacto, as redes sociais proporcionaram aos EMBs uma capacidade sem precedentes de interagir diretamente com os cidadãos. Algumas plataformas de redes sociais são gratuitas e, quando há cobranças para impulsionar publicações, estas são relativamente acessíveis. No entanto, os EMBs frequentemente carecem de habilidades na área, conhecimento técnico avançado e infraestrutura necessários para utilizar as plataformas e ferramentas de redes sociais de forma eficaz.

Para ampliar a atuação dos EMBs nas redes sociais, deve-se primeiro compreender os modelos de negócios por trás dessas inovações – Facebook, Twitter/X, WhatsApp, TikTok e Inteligência Artificial. As EMBs podem colaborar com plataformas de redes sociais e grandes empresas de tecnologia

Em termos de impacto, as redes sociais proporcionaram aos EMBs uma capacidade sem precedentes de interagir diretamente com os cidadãos. Algumas plataformas de redes sociais são gratuitas e, quando há cobranças para impulsionar publicações, estas são relativamente acessíveis.

para aprimorar a curadoria de conteúdo, os padrões de moderação e os mecanismos de denúncia de conteúdo potencialmente prejudicial relacionado às eleições.

Em relação às estratégias de informação e educação eleitoral, os EMBS podem implementar campanhas de conscientização pública de baixo custo, como eventos itinerantes e serviços de informação ao eleitor, incluindo campanhas simples e multilíngues. Podem disponibilizar linhas telefônicas gratuitas e aplicativos móveis para esclarecimento de dúvidas e verificação de eleitores. Além disso, podem aproveitar os relacionamentos já existentes com organizações da sociedade civil, veículos de mídia tradicionais e plataformas digitais. Também podem utilizar reuniões e interações com partidos políticos para estabelecer plataformas da sociedade civil. A comunicação pode ser aprimorada por meio de mensagens de WhatsApp e áudio. Atividades de educação eleitoral em nível comunitário também podem ser organizadas. No entanto, embora os EMBS possam planejar estratégias e programas de educação eleitoral, alguns políticos iniciam e conduzem campanhas de disseminação de informações falsas deliberadamente. O papel dos políticos na circulação de desinformação prejudica os esforços dos EMBS e cria percepções que podem obscurecer a verdade. Como resultado, apesar das mensagens divulgadas pelos EMBS, as partes interessadas e os eleitores podem continuar se recusando a aceitar os fatos.

Estratégias eficazes de informação e educação eleitoral irão facilitar que os eleitores tomem decisões informados, reduzir os votos nulos e garantir eleições pacíficas. Isso levará à aceitação dos resultados eleitorais com pouca ou nenhuma contestação, a uma sociedade não violenta e ao fortalecimento das credenciais democráticas da região.¹¹

As plataformas de redes sociais devem ser transparentes e prestar contas sobre as suas políticas relacionadas às eleições, à curadoria de conteúdo, às medidas de moderação e ao apoio às línguas locais.

No que diz respeito à **regulação democrática eficaz das plataformas digitais e das redes sociais**, qualquer estrutura deve ser apoiada pelas Diretrizes sobre Acesso à Informação e Eleições em África, que descrevem o que os Estados e os órgãos de gestão eleitoral devem fazer para combater a propagação de desinformação e informações falsas para promover um ambiente que proteja os direitos tanto digitais como os não digitais. Contudo, as regulamentações podem tornar-se contraproducentes se não respeitarem os padrões democráticos e forem exploradas para silenciar opiniões divergentes. Isto poderia causar uma regressão nos avanços já obtidos no fortalecimento da democracia na região.

As plataformas de redes sociais devem ser transparentes e prestar contas sobre as suas políticas relacionadas às eleições, à curadoria de conteúdo, às medidas de moderação e ao apoio às línguas locais. Devem trabalhar com os meios de comunicação, as OSCs, os EMBS e outras partes interessadas para divulgar os seus padrões de curadoria e moderação de conteúdo, bem como os mecanismos de denúncia de conteúdo potencialmente prejudicial relacionado com as eleições. Além disso, essas plataformas devem

¹¹ - Akinduro, 'Como os EMBS podem garantir o acesso à informação'.

implementar sistemas eficazes para o acesso controlado a dados para fins de investigação relevantes para a integridade eleitoral (AAEA n.d.).

Em termos de impacto, uma regulação democrática eficaz das plataformas digitais e das redes sociais manterá a sanidade no ecossistema da informação. Isso porque, enquanto os EMBs planejam estratégias e programas de educação eleitoral, as manipulações de informação e ingerência estrangeira (FIMI) e alguns políticos deliberadamente concebem, iniciam e implementam campanhas de disseminação de informações falsas. Portanto, independentemente das mensagens disseminadas pelos órgãos de gestão eleitoral, as partes interessadas e o eleitorado podem, por vezes, ignorá-las.

Tabela 5.1. Matriz comparativa das abordagens

Critério	Divulgação proativa e acesso à informação	Melhora na comunicação e uso de mídias	Informação e educação eleitoral	Regulação democrática das plataformas
Princípio fundamental	A transparência impede a circulação de mentiras. Fornecer informações oficiais preenche as lacunas onde a desinformação prospera.	Uma estratégia holística deve abordar a fonte, o canal e o receptor da informação.	Um eleitorado bem informado e educado é a melhor defesa contra narrativas falsas.	O ecossistema da informação digital requer regras e supervisão para funcionar de forma segura e justa.
Ator (es) principal (is)	EMBs, órgãos governamentais.	EMBs (departamentos de comunicação), parceiros de mídia	EMBs, OSCs, mídia, líderes comunitários	Governo, legisladores, plataformas de tecnologia.
Atividades principais	Comitês de resposta rápida, divulgação de dados em tempo real, transmissões ao vivo de reuniões com as partes interessadas, ferramentas de verificação disponíveis na internet.	Utilizar eficazmente tanto os meios de comunicação tradicionais, como as redes sociais; compreender os modelos de negócio e os algoritmos das plataformas.	Campanhas multifacetadas (ex.: 'estrutura em árvore'), propagandas multilíngues, linhas telefônicas gratuitas, envolvimento da comunidade, parcerias.	Desenvolver marcos legais para regulamentar plataformas e combater interferências estrangeiras maliciosas.
Desafio principal	Garantir que os EMBs divulguem informações ao público de forma consistente e rápida, sem hesitação.	A natureza dual das redes sociais (impactos positivos/negativos) e sua utilização como tática de "poder sutil" para a desordem informacional.	A necessidade de adaptar as estratégias à medida que os cidadãos se tornam mais exigentes e requerem mais do que apenas a divulgação de informações.	Manipulação de informações por estrangeiros e a incapacidade das plataformas de tecnologia de moderar eficazmente o conteúdo na região.

Capítulo 6

Lições Aprendidas para os EMBs na África Ocidental

As seguintes abordagens emergiram das discussões do simpósio.

6.1. INOVAÇÃO

1. A transmissão ao vivo pela Comissão Eleitoral do Gana de uma reunião no **âmbito do Comitê Consultivo Interpartidário (IPAC)** permitiu que todas as partes interessadas apresentassem evidências de irregularidades para verificação do Cadastro Provisório de Eleitores (PVR), demonstrando uma abordagem inovadora para garantir o acesso à informação e a divulgação proativa. Foi a primeira vez que a Comissão Eleitoral concordou com a cobertura midiática das sessões do IPAC, tornando-as acessíveis ao público por meio de uma transmissão ao vivo. A abordagem do IPAC em Gana serve de exemplo para que outros EMBs possam adotá-la ao interagirem com partidos políticos e outras partes interessadas, utilizando suas plataformas já existentes.
2. Outra medida é contextualizar, adotar e utilizar as Diretrizes de 2017 sobre Acesso à Informação e Eleições na África para combater a desinformação e as informações falsas. Se adotadas pelos EMBs, esses princípios ajudarão a tratar das questões da integridade da informação e da integridade eleitoral. Deste modo, os EMBs devem usar essas diretrizes como listas de verificação. Além disso, os EMBs devem estabelecer uma normativa interna abrangente para a divulgação proativa de informações.
3. Outra proposta inovadora que surgiu do fórum para combater a desinformação e a informação falsa é o fortalecimento da acessibilidade digital e o incentivo à colaboração entre as partes interessadas por meio da criação de um grupo consultivo multissetorial permanente. Isso aprimoraria a comunicação contínua entre os EMBs e as partes interessadas para além do período eleitoral (AAEA nd).

Outra proposta inovadora que surgiu do fórum para combater a desinformação e a informação falsa é o fortalecimento da acessibilidade digital e o incentivo à colaboração entre as partes interessadas por meio da criação de um grupo consultivo multissetorial permanente.



Foto: ECONEC.

6.2. COLABORAÇÃO

1. Uma abordagem promissora é a **adoção, por parte dos EMBs na África, de uma estratégia unificada e a formação de uma coalizão para dialogar com as principais empresas de tecnologia**, com a África do Sul, que possui a experiência e a capacitação necessárias, liderando o processo. Os EMBs devem colaborar com as plataformas de redes sociais para garantir transparência e prestação de contas em relação às suas políticas corporativas sobre eleições, curadoria de conteúdo, medidas de moderação e a capacidade de operar em idiomas locais. As principais empresas de tecnologia precisam se empenhar mais para moderar e prevenir conteúdo nocivo e falso em suas plataformas.
2. **A integração de estratégias de informação eleitoral e educação midiática** também foi enfatizada. Atualmente, os EMBs estão adotando cada vez mais uma abordagem para a educação do eleitor que inclui a educação midiática. A questão da existência de equipes específicas persiste, visto que a maioria dos órgãos de educação eleitoral ainda possui departamentos separados para comunicação e divulgação, bem como para educação eleitoral e cívica. No entanto, o trabalho

desses departamentos está gradualmente se interconectando. Há uma necessidade urgente de começar a considerar como as equipes são organizadas. Isso garantirá a capacidade de realizar múltiplas tarefas simultaneamente e ajudará a eliminar burocracias desnecessárias.

- 3. Abordagem interinstitucional.** Além da estrutura dos EMBs, existe a questão da colaboração entre os órgãos. Em alguns países, outras entidades têm uma responsabilidade mais ampla pela educação cívica, enquanto os EMBs têm um foco mais limitado na educação eleitoral. O foco deve ser em como os EMBs podem trabalhar com outras instituições. Essa abordagem interinstitucional reduzirá a carga sobre os EMBs, promoverá a coordenação e aumentará a compreensão dos cidadãos sobre educação cívica e eleitoral.

6.3. REGULAÇÃO

Nesta era digital, os EMBs devem estar atentos e fazer uso de mais métodos orientados por dados e inteligência artificial para combater o problema da desordem informacional.

- 1. O uso de abordagens mais orientadas por dados e inteligência artificial** também foi salientado. Novas tecnologias capazes de produzir e disseminar rapidamente a poluição informacional estão se tornando mais acessíveis e disponíveis para qualquer agente disposto a utilizá-las. Nesta era digital, os EMBs devem estar atentos e fazer uso de mais métodos orientados por dados e inteligência artificial para combater o problema da desordem informacional.
- 2. Recursos adequados, informações bem planejadas e estratégias e abordagens de comunicação eficazes.** Os EMBs só podem funcionar de forma eficaz com recursos humanos, financeiros e técnicos adequados. Devem concentrar-se em garantir uma comunicação eficaz e empregar técnicas e métodos apropriados.

Capítulo 7

Conclusões

A integridade eleitoral é fundamental para transições governamentais pacíficas e transparentes na África Ocidental. No entanto, isso não pode ser alcançado sem garantir a integridade da informação. Alcançar a integridade da informação exigirá o combate e a resposta a todas as formas de desinformação e informações falsas.



Foto: ECONEC.

As eleições só podem ser livres, justas e legítimas se o eleitorado tiver acesso à informação em todas as fases do processo. Os EMBs devem garantir a integridade da informação, proporcionando acesso à informação e apoiando a integridade eleitoral. No entanto, como são responsáveis pela organização

O simpósio proporcionou uma compreensão mais clara dos fundamentos teóricos do acesso à informação como um direito do cidadão, dos tipos de informação de que os cidadãos necessitam para participar plenamente no processo eleitoral, das oportunidades e dos riscos da utilização das redes sociais durante as eleições e de como os EMBS podem combater eficazmente a desinformação e a informação falsa.

das eleições, os EMBS encontram-se inadvertidamente no centro desta situação. Por um lado, a credibilidade das eleições que realizam depende do nível de informação dos cidadãos; por outro lado, o ambiente em que operam está repleto de desinformação deliberada e abuso da inteligência artificial por agentes de má-fé. O simpósio proporcionou uma compreensão mais clara dos fundamentos teóricos do acesso à informação como um direito do cidadão, dos tipos de informação de que os cidadãos necessitam para participar plenamente no processo eleitoral, das oportunidades e dos riscos da utilização das redes sociais durante as eleições e de como os EMBS podem combater eficazmente a desinformação e a informação falsa.

Os EMBS podem combater de forma eficaz a desinformação e a informação falsa com uma comunicação proativa, em vez de reativa, e com equipes de comunicação robustas que forneçam informações rapidamente e utilizem de forma eficaz as redes sociais e as novas plataformas de comunicação.

Capítulo 8

Recomendações

As recomendações estão estruturadas em torno dos seguintes temas principais.

1. *Os EMBs e os órgãos reguladores de mídia devem facilitar o acesso à informação e promover a divulgação proativa para combater a desinformação e a informação falsa.* Isso envolverá a manutenção de uma plataforma oficial ágil e fácil de usar (para computadores e dispositivos móveis) que forneça atualizações eleitorais em tempo real; a organização de campanhas de conscientização pública; o estabelecimento de uma unidade dedicada à integridade da informação e a criação de uma unidade especializada dentro do EMB focada na detecção, monitoramento, análise e combate à desinformação e à informação falsa, durante o ciclo eleitoral. Fatores importantes para o sucesso incluirão o fácil acesso a fatos eleitorais verificados, atualizações em tempo real durante períodos críticos, navegação fácil e otimização para dispositivos móveis, analistas digitais e verificadores de fatos qualificados e ferramentas de monitoramento, como aplicativos de escuta social. Os recursos necessários incluirão equipes de comunicação e mídia treinadas em desordem informacional e inteligência de código aberto, desenvolvedores web e gestores de conteúdo, serviços de hospedagem com alta disponibilidade, iniciativas de promoção e conscientização digital, ferramentas técnicas e parcerias com infraestrutura própria. Os desafios potenciais podem incluir a falta de engajamento do usuário, interrupções técnicas durante períodos de pico, ameaças à segurança cibernética, limitações orçamentárias, educação digital interna limitada e resistência de empresas de tecnologia em apoiar e fornecer acesso à informação.
2. *Os EMBs devem utilizar plataformas de mídia tradicionais e redes sociais e desenvolver uma estratégia de comunicação ágil.* Isso envolverá a criação de equipes de comunicação especializadas, a atualização frequente das publicações, a manutenção de meios acessíveis para consultas dos eleitores, a criação de conteúdo interativo que explique claramente o

processo eleitoral e a implementação de um protocolo resposta rápida para corrigir prontamente informações falsas por meio de plataformas oficiais, como páginas de internet, mensagens SMS, rádio e mídias sociais. Os principais fatores de sucesso são mensagens desenvolvidas e aprovadas, parcerias sólidas com a mídia e a inclusão de idiomas locais e figuras públicas com credibilidade junto ao eleitorado. Os recursos necessários incluem o desenvolvimento de estratégias e de uma política de comunicação, um plano de gestão de crise, uma equipe dedicada de profissionais de comunicação, acesso à internet em tempo real, ferramentas de comunicação e parcerias com veículos de mídia locais e nacionais. Possíveis obstáculos incluem o comprometimento e a adesão dos diversos responsáveis pelos órgãos eleitorais, atrasos burocráticos na aprovação de mensagens, falta de confiança na comunicação dos órgãos eleitorais, problemas de conectividade com a internet e relações tensas com veículos de comunicação locais e nacionais.

3. *Os EMBs e os órgãos reguladores de mídia devem lançar campanhas de educação midiática e informacional.* Isso envolverá a execução de campanhas de mídia nacionais e comunitárias para fortalecer a resiliência do eleitorado à desinformação e à informação falsa, a criação de códigos de conduta e o desenvolvimento de programas de capacitação para atores políticos sobre campanhas éticas, o compartilhamento de informações e a utilização de mídias sociais e plataformas de inteligência artificial para fornecer educação eleitoral contínua. Os fatores críticos de sucesso incluem o engajamento de influenciadores, líderes comunitários e figuras religiosas; a produção e o compartilhamento de conteúdo de fácil compreensão, como vídeos, memes e desafios; a disponibilização de mensagens em diferentes línguas locais; a promoção da participação inclusiva nos partidos; e a implementação de mecanismos de fiscalização, como advertências, multas e suspensões. Os recursos essenciais a serem orçados incluem produção de conteúdo e veiculação na mídia, equipes dedicadas ao engajamento digital e à gestão da desinformação, sistemas de monitoramento, ferramentas de monitoramento de mídia, canais de comunicação digital, estratégias de resposta ágeis, parcerias com agências governamentais e ONGs e um canal independente de reclamações.

Os principais obstáculos incluem o baixo nível de educação digital, a saturação ou apatia da mídia, a curta duração das campanhas durante o ciclo eleitoral e o investimento insuficiente em equipes dedicadas ao engajamento digital. Além disso, há uma carência de programas de computador capazes de identificar tendências e fornecer dados para combater a desinformação de forma eficaz, aliada a uma falta de vontade política e alegações de aplicação seletiva da lei.

1. *OSCs, veículos de comunicação e outras partes interessadas devem defender uma regulamentação democrática e eficaz das plataformas digitais e de mídias sociais.* Isso envolve a colaboração com agências nacionais de cibersegurança e legisladores para aprovar leis que criminalizem campanhas coordenadas de desinformação eleitoral,

e salvaguardem a liberdade de expressão. Requer também o desenvolvimento de sistemas para detectar narrativas emergentes, identificar tendências de desinformação e responder rapidamente com informações precisas, além do engajamento com as empresas de tecnologia e mídias sociais para compreender seus planos de moderação e remoção de conteúdo prejudicial. Fatores importantes para o sucesso incluem consultas às partes interessadas, revisões jurídicas para prevenir o uso indevido da lei, e mecanismos de aplicação e apelação. Os recursos necessários incluem redatores jurídicos, consultores técnicos, materiais de campanha para defesa de direitos e logística para consultas e audiências públicas. Os possíveis obstáculos incluem o risco de supressão da expressão legítima, a politização do processo e os desafios de aplicação da lei em áreas rurais ou em espaços virtuais.

2. *Os EMBs e as instituições reguladoras devem colaborar com organizações de verificação de fatos.* Isso envolve parcerias com entidades independentes de checagem de fatos e OSCs para verificar e desmentir informações falsas, especialmente durante o cadastramento eleitoral e as eleições. Os principais fatores de sucesso incluem: um memorando de entendimento claro, que defina funções e responsabilidades, campanhas conjuntas de educação pública e o compartilhamento de dados e incidentes em tempo real. Os recursos necessários incluirão um orçamento para apoio à parceria, ferramentas de integração técnica e reuniões de coordenação regulares. Os obstáculos potenciais podem incluir percepções políticas de parcialidade, limitações de capacidade das organizações parceiras e barreiras legais ou regulatórias.

Os EMBs e as instituições reguladoras devem colaborar com organizações de verificação de fatos. Isso envolve parcerias com entidades independentes de checagem de fatos e OSCs para verificar e desmentir informações falsas, especialmente durante o cadastramento eleitoral e as eleições.

8.1. RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES E CALENDÁRIOS NO CICLO ELEITORAL

Tabela 8.1. Período: Curto prazo (imediate até o ciclo eleitoral)

Recomendação principal	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o acesso à informação e divulgar ativamente informações durante o ciclo eleitoral. • Usar plataformas de mídia tradicionais e sociais. • Colaborar com organizações de verificação de fatos.
Ações e responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Os EMBs e os órgãos reguladores de mídia devem desenvolver uma plataforma digital oficial (para computadores e dispositivos móveis) interativa e fácil de usar, que forneça atualizações eleitorais em tempo real. • Os EMBs devem estabelecer equipes de comunicação especializadas, publicar atualizações frequentes, manter canais abertos para consultas dos eleitores, criar conteúdo interativo explicando o processo eleitoral e implementar um protocolo de resposta rápida para corrigir prontamente informações falsas. • Os EMBs e as instituições reguladoras relevantes devem estabelecer parcerias com entidades independentes de verificação de fatos e OSCs para verificar e desmentir informações falsas, especialmente durante o cadastramento de eleitores e as eleições.
Fatores-chave de sucesso	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil acesso a fatos eleitorais verificados. • Atualizações em tempo real durante períodos críticos. • Navegação fácil, otimização para dispositivos móveis, analistas digitais qualificados e ferramentas de monitoramento. • Criação de mensagens informativas, parcerias sólidas com a mídia e o uso de línguas locais e figuras públicas com credibilidade. • Memorando de entendimento claro que defina funções e responsabilidades, elaboração de campanhas conjuntas de educação pública e compartilhamento de dados e incidentes em tempo real.
Recursos necessários	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de comunicação e mídia treinada em desordem da informação e inteligência de código aberto, desenvolvedores web, serviços de hospedagem, iniciativas de promoção digital, ferramentas técnicas e parcerias. • Estratégia de comunicação, política de comunicação, plano de comunicação de crise, equipe dedicada de profissionais de comunicação, acesso à internet em tempo real, ferramentas de comunicação e parcerias com veículos de comunicação locais e nacionais. • Orçamento para apoio a parcerias, ferramentas de integração técnica e reuniões regulares de coordenação.
Desafios potenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de engajamento do usuário, interrupções técnicas durante períodos de pico, ameaças à segurança cibernética, limitações orçamentárias, educação digital interna limitada e resistência das empresas de tecnologia em apoiar e fornecer acesso à informação. • O comprometimento e a adesão de várias chefias dos EMBs, as demoras burocráticas na aprovação de mensagens, a falta de confiança na comunicação dos EMBs, os problemas de conectividade com a internet e as relações tensas com os veículos de comunicação locais e nacionais. • Percepções políticas de parcialidade, limitações de capacidade das organizações parceiras e barreiras legais ou regulamentares.

Tabela 8.2. Cronograma: Ações de médio prazo (Pré-ciclo eleitoral a recorrentes)**Recomendação principal** • Lançar campanhas de educação midiática e informacional

Ações e responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Os EMBs e os reguladores da mídia devem implementar iniciativas nacionais e comunitárias de mídia para fortalecer a resiliência dos eleitores à desinformação e à informação falsa. Eles também devem criar códigos de conduta e desenvolver programas de capacitação para atores políticos sobre campanhas éticas, compartilhamento de informações e utilização de mídias sociais e plataformas de IA.
Fatores-chave de sucesso	<ul style="list-style-type: none"> Engajar influenciadores, líderes comunitários e figuras religiosas; produzir e compartilhar conteúdo simplificado, como vídeos, memes e desafios; fornecer mensagens em diferentes idiomas locais. Promover a participação inclusiva nos partidos e implementar mecanismos de fiscalização, como advertências, multas e suspensões.
Recursos necessários	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos para: produção de conteúdo e veiculação de mídia, Equipes dedicadas ao engajamento digital e à gestão da desinformação, sistemas de monitoramento, ferramentas de monitoramento da mídia, canais de comunicação digital, estratégias de resposta rápida, parcerias com agências governamentais e ONGs e um mecanismo independente de reclamações.
Desafios potenciais	<ul style="list-style-type: none"> Baixa educação digital, saturação ou apatia da mídia, duração limitada das campanhas durante o ciclo eleitoral e investimento insuficiente em equipes dedicadas ao engajamento digital. Há uma carência de programas de computador capazes de identificar tendências e fornecer dados para combater eficazmente a desinformação. Falta de vontade política e alegações de aplicação seletiva da lei.

Tabela 8.3. Cronograma: Ações de longo prazo (estruturais e institucionais)**Recomendação principal** • Defender uma regulamentação democrática eficaz das plataformas de redes sociais e digitais.
• Estabelecer uma unidade dedicada à integridade da informação dentro do EMB.

Ações e responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> OSCs, veículos de comunicação e outras partes interessadas devem colaborar com agências nacionais de cibersegurança e legisladores para aprovar leis que criminalizem campanhas coordenadas de desinformação eleitoral, ao mesmo tempo que salvaguardam a liberdade de expressão; desenvolver sistemas para detectar narrativas emergentes, identificar tendências de desinformação e responder rapidamente com informações precisas; e dialogar com as mídias sociais e grandes empresas de tecnologia para entender seus planos de moderação e remoção de conteúdo prejudicial. Os EMBs devem criar uma unidade especializada dentro de suas estruturas, focada na detecção, monitoramento, análise e combate à desinformação e à informação falsa durante o ciclo eleitoral.
Fatores-chave de sucesso	<ul style="list-style-type: none"> Consultas às partes interessadas, revisões jurídicas para prevenir o uso indevido da lei e mecanismos para aplicação e apelações. Divulgação proativa, transparência e vínculos claros com fatos eleitorais verificados.
Recursos necessários	<ul style="list-style-type: none"> Redatores jurídicos, consultores técnicos, materiais de campanha para defesa de direitos e logística para consultas e audiências públicas. Analistas digitais e verificadores de fatos qualificados, ferramentas técnicas e infraestrutura de escritório dedicada.
Desafios potenciais	<ul style="list-style-type: none"> Risco de supressão da expressão legítima, politização do processo e desafios de aplicação da lei em espaços rurais ou em ambientes virtuais. Alfabetização digital limitada, restrições orçamentárias e resistência por parte de entidades políticas.

Referências

- Africa Center for Strategic Studies, 'Mapping a surge of disinformation in Africa', March 2024, <<https://africacenter.org/spotlight/mapping-a-surge-of-disinformation-in-africa/>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Africa Check, 'Bad Law: Legal and Regulatory Responses to Misinformation in Sub-Saharan Africa 2016–2020', <<https://africacheck.org/sites/default/files/media/documents/2021-06/misinformation-policy-in-sub-saharan-africa-2-bad-law-legal-and-regulatory-responses-to-misinfor.pdf>>, acessado em 21 de Outubro 2025
- , 'Governments in Africa have doubled "false news" laws, to little effect: Another way is possible', 2 June 2021, <https://africacheck.org/fact-checks/blog/governments-africa-have-doubled-false-news-laws-little-effect-another-way-possible?utm_source>, acessado em 21 de Outubro 2025
- AfricTivistes, 'AI and Elections: Chatbots Still Unreliable, Warns AfricTivistes-DRI Study', 21 August 2025, <<https://africtivistes.com/en/ai-and-elections-chatbots-still-unreliable-warns-africtivistes-dri-study-2/>>, acessado em 14 de Outubro 2024
- Annan, K., 'Electoral integrity and deepening democracy worldwide', Kofi Annan Foundation, 28 February 2014, <<https://www.kofiannanfoundation.org/speeches/electoral-integrity-and-deepening-democracy-worldwide/>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Association of African Electoral Authorities (AAEA), *Principles and Guidelines for the Use of Digital and Social Media in Elections in Africa* (n.d.), <<https://www.elections.org.za/pw/Elections-And-Results/Principles-and-Guidelines-for-the-use-of-the-Digital-and-Social-Media-in-Elections-in-Africa>>, acessado em 7 de Outubro 2025
- Atlantic Council, 'The disinformation landscape in West Africa and beyond', 29 June 2023, <<https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/disinformation-west-africa/>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Centre for Democracy and Development (CDD), 'Nigeria 2023 Decides: Disinformation Brief', 2023, <<https://www.cddwestafrica.org/uploads/reports/file/CDD-EAC-Disinformation-Brief.pdf>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- CivicHive, 'Artificial intelligence and countering misinformation in West Africa', 2024, <<https://civichive.org/artificial-intelligence-countering-misinformation-in-west-africa/>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- European Union Election Observation Mission, 'Sierra Leone 2023 Final Report: General Elections 24 June 2023', 2024, <<https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/279777/Sierra-Leone-EEAS-Final-report.pdf>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Hanafin, N., 'Strategic guidance: Information integrity: Forging a pathway to truth, resilience and trust', UNDP Policy Centre, 23 February 2022, <<https://www.undp.org/publications/information-integrity-forging-pathway-truth-resilience-and-trust>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Hassan, I., 'Disinformation is undermining democracy in West Africa', Centre for International Governance Innovation, 4 July 2022, <<https://www.cigionline.org/articles/disinformation-is-undermining-democracy-in-west-africa/>>, acessado em 12 de Agosto 2024

- , *Guide on External Risk Factors to Electoral Processes in West Africa (2022–2023): Cases from Ghana, Liberia, Mali and Togo*, International IDEA, 30 July 2024, <<https://doi.org/10.31752/idea.2024.36>>
- Helm, R. K. and Nasu, H., 'Regulatory responses to "fake news" and freedom of expression: Normative and empirical evaluation'. *Human Rights Law Review*, 21 (2021), pp. 302–28, <<https://doi.org/10.1093/hrlr/ngaa060>>
- Idrac, C. 'Sénégal: M. Faye remporte la présidentielle avec 54,28%, selon les résultats officiels provisoires', RFI, 27 March 2024, <<https://www.rfi.fr/fr/afrique/20240327-s%C3%A9n%C3%A9gal-m-faye-remporte-la-pr%C3%A9sidentielle-avec-54-28-selon-des-r%C3%A9sultats-officiels-provisoires>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- International Foundation for Electoral Systems (IFES), *Election Guide: Democracy Assistance & Election News* (2024), <<https://www.electionguide.org/elections/type/past/>>, acessado em 12 de Agosto 2024
- International IDEA, Forum on Information & Democracy and Democracy Reporting International, *Protecting Democratic Elections Through Safeguarding Information Integrity* (Stockholm: International IDEA, 2024), <<https://doi.org/10.31752/idea.2024.1>>, acessado em 22 de Agosto 2024
- International IDEA and OSIWA. *Electoral risk management tools in West Africa* (Stockholm: International IDEA, 2016), <<https://www.idea.int/publications/catalogue/electoral-risk-management-tools-west-africa>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- International Republican Institute (IRI), 'Ghana 2024 Elections: A Risk Assessment of the Online Information Space', Washington, DC, 2024, <<https://www.iri.org/wp-content/uploads/2024/08/Ghana-Report-Designed-6th-Version.pdf>>, acessado em 3 de Dezembro 2024
- Iretton, J. and Posetti, J., *Journalism, 'Fake News' & Disinformation: Handbook for Journalism Education and Training*, UNESCO, 2018, <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265552>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Itodo, S., 'Artificial intelligence and the integrity of African elections', International IDEA, 26 March 2024, <<https://www.idea.int/news/artificial-intelligence-and-integrity-african-elections>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Jackson, S. J., Bailey, M. and Welles, B. F., *#HashtagActivism: Networks of Race and Gender Justice* (The MIT Press, 2020), <<https://doi.org/10.7551/mitpress/10858.001.0001>>
- Jensen, P. S., and Justesen, M. K., 'Poverty and vote-buying: Survey-based evidence from Africa', *Electoral Studies*, 33, March 2014, pp. 220–32, <<https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.07.020>>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. and Lozano, R. (eds), 'World Report on Violence and Health' (Geneva: World Health Organization, 2002), <<https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/a25476ed-8585-47f3-986e-9d0e7f5e9f1b/content>>, acessado em 21 Outubro 2025
- Lazer, D., Baum, M., Benkler, Y., Berinsky, A., Greenhill, K., Menczer, F., Metzger, M., Nyhan, B., Pennycook, G., Rothschild, D., Schudson, M., Lough, K. and McIntyre, K. 'Journalists' perceptions of solutions journalism and its place in the field'. *Journalism Practice*, 8/1, 2018, <<https://isoj.org/research/journalists-perceptions-of-solutions-journalism-and-its-place-in-the-field/>>, acessado em 21 Outubro 2025

- Melly, P. 'Democracy in West Africa: Why Senegal's election crisis matters'. Chatham House, 21 March 2024, <<https://www.chathamhouse.org/2024/03/democracy-west-africa-why-senegals-election-crisis-matters>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Munene, M. and Oloo, D. 'Role of social media platforms in the spread of fake news in Nyeri County, Kenya', *African Journal of Empirical Research*, 5/2, May 2024, pp. 229–39, <<https://doi.org/10.51867/ajernet.5.2.21>>
- Nata, N. N., *Guide on Internal Risk Factors to Electoral Processes in West Africa* (Stockholm: International IDEA, 2024), <<https://doi.org/10.31752/idea.2023.93>>
- Norris, P., *Why Electoral Integrity Matters* (Cambridge University Press, 2014), <<https://doi.org/10.1017/CBO9781107280861>>
- Nwokolo, M., 'Voter apathy—especially among the young—threatens democracy in Africa'. The Brenthurst Foundation, 15 September 2022, <<https://www.thebrenthurstfoundation.org/news/voter-apaty--especially-among-the-young--threatens-democracy-in-africa-1/>>, acessado em 9 Agosto 2024
- Okolo, C. T., 'African Democracy in the Era of Generative Disinformation: Challenges and Countermeasures against AI-Generated Propaganda', arXiv, 10 July 2024, <<https://arxiv.org/abs/2407.07695>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Security Council Report, 'Special research report No. 1: Emerging security threats in West Africa', 2 May 2011, <<https://www.securitycouncilreport.org/research-reports/lookup-c-glkwlemtisg-b-6740225.php>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- The Africa Report, 'Ghana: Controversy over voter register as opposition NDC raises red flags', 17 October 2024, <<https://www.theafricareport.com/360419/ghana-controversy-over-voter-register-as-opposition-ndc-raises-red-flags/>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Commonwealth, The. (2023). 'Commonwealth observers say Nigeria's 2023 elections "largely peaceful" with room for improvement.' *The Commonwealth*, 27 February 2023, <<https://thecommonwealth.org/news/commonwealth-observers-say-nigerias-2023-elections-largely-peaceful?utm>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- UNDP, 'Information Integrity to Sustain Peace during Electoral Processes', 25 July 2023, <<https://www.undp.org/publications/information-integrity-sustain-peace-during-electoral-processes>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- UNDP and Global Policy Centre for Governance, *Defending information integrity: Actions for election stakeholders*. UNDP, 20 March 2024, <<https://www.undp.org/policy-centre/governance/publications/defending-information-integrity-actions-election-stakeholders>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- UNDP and Tech for Democracy, 'Promoting information integrity in elections: Global reflections from election stakeholders', 23 March 2023, <<https://www.undp.org/policy-centre/governance/publications/promoting-information-integrity-elections-global-reflections-election-stakeholders>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- USAID, *Disinformation primer*, February 2021, <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00XFKF.pdf>
- , 'Understand the landscape of information disorder', First Draft, 2020, <<https://firstdraftnews.org/training/information-disorder/>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Wardle, C. (2020). Training: Understand the landscape of information disorder. (First Draft, 2020), <<https://firstdraftnews.org/training/information-disorder/>>, acessado em 8 de Outubro 2025

- Wardle, C., and Derakshan, H., 'Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making', Council of Europe, 2017, <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>>, acessado em 8 de Outubro 2025
- Wardle, C., Greason, G., Kerwin, J. and Dias, N., 'Information Disorder: The Essential Glossary', Shorenstein Center, 2018, <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/07/infoDisorder_glossary.pdf>, acessado em 8 de outubro de 2025

Anexo A: Nota conceitual

Contexto e Justificativa

Após quase duas décadas de avanços constantes e graduais na governança democrática em toda a região da África Ocidental—marcados tanto pela regularidade das eleições quanto pela quase previsibilidade dos marcos legais eleitorais—o consenso predominante hoje é o de que a região enfrenta uma crise da democracia. Com efeito, antes do golpe de Estado de agosto de 2020 no Mali, comumente visto como o evento desencadeador do retrocesso democrático que a região vive atualmente, o comparecimento às urnas, que é um indicador-chave para avaliar o vigor da governança democrática, já vinha em declínio constante em toda a região (Nwokolo 2022).

Os dados compilados pela Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES 2024) revelam, por exemplo, que ao longo dos quatro ciclos eleitorais de 2001 a 2016, a participação eleitoral nas eleições presidenciais na República do Benim caiu constantemente de 87,74% (2001) para 74,86% (2006) e, posteriormente, para 64,03% (2016). Na Nigéria, os números passaram de 69,08% (2003) para 57,49% (2007) e, em seguida, para 34,75% (2019). Da mesma forma, em Gana, os índices de participação eleitoral caíram de 85,59% (2004) para 69,52% (2008) e, finalmente, para 68,62% (2016).

Embora amplamente ignorada na época, essa tendência sinalizava a crescente insatisfação dos cidadãos com a democracia eleitoral como sistema de governo capaz de atender às suas aspirações de desenvolvimento. Esse sentimento latente veio à tona quando os sucessivos golpes de Estado em toda a região, que se seguiram ao golpe de agosto de 2020 no Mali, foram recebidos com apoio e entusiasmo populares.

Amplamente aclamado como o melhor sistema de governança, que permite aos cidadãos opinar sobre a gestão de seus assuntos por meio de representantes eleitos, o descontentamento com a democracia eleitoral na África Ocidental parece incomum e preocupante. Considerando que eleições competitivas e participativas são uma instituição central da democracia liberal contemporânea, qualquer tentativa de compreender a insatisfação dos cidadãos com a democracia começa por questionar a qualidade das eleições. Assim, embora as eleições tenham se tornado um evento regular no calendário político da maioria dos países africanos, a preocupação com a frequente falta de transparência e, conseqüentemente, a propensão a fraudes, tem sido apontada como uma das principais causas da crescente apatia eleitoral.

Além dessa falha, frequentemente citada por partidos derrotados para justificar a contestação dos resultados eleitorais, Nwokolo (2022) argumenta que outros motivos que explicam a apatia eleitoral no continente incluem: a carência de conhecimento sobre o processo de votação, a falta de conhecimento sobre os candidatos ou as propostas em pauta e a carência de compreensão sobre como o voto os afeta pessoalmente. Isso ressalta a importância da integridade da informação no contexto de um processo eleitoral. Uma análise cuidadosa de todos esses fatores parece levar à conclusão de que a transparência e o direito de acesso à

informações confiáveis não têm recebido a prioridade necessária na gestão dos processos eleitorais no continente africano em geral e na região da África Ocidental, em particular.

Embora seja amplamente aceito que eleições genuinamente democráticas devam refletir a livre expressão da vontade do povo (ou dos cidadãos), uma questão pertinente é: quão livre é a escolha de um eleitorado desinformado? Ao reconhecer o direito de cada indivíduo de ter opiniões sem interferência, o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas (1966) consagra aos cidadãos o direito de buscar e receber todas as informações necessárias para formar uma opinião. No contexto de eleições democráticas, os eleitores devem ter acesso a todas as informações necessárias para entender por que devem participar, como podem participar, as questões em jogo, os diferentes candidatos e seus planos, etc.

Infelizmente, na prática, isso nem sempre acontece, pois pesquisas mostram que existe uma pandemia de informações falsas em todo o mundo, dificultando o acesso a informações confiáveis (Munene e Oloo, 2024). Munene e Oloo (2024) observam que as notícias falsas são generalizadas nas eleições africanas, especialmente nas eleições presidenciais. A situação é agravada pela facilidade com que a essas informações podem ser disseminadas, pela multiplicidade de técnicas empregadas para isso e pela variedade de atores envolvidos (indivíduos, agentes estatais, governos estrangeiros e empresas especializadas) (Hassan, 2022). Esses desafios emergentes apontam para a necessidade de salvaguardar a integridade do espaço informacional, especialmente o espaço informacional digital, durante as eleições. O comprometimento da integridade da informação pode também afetar a integridade geral das eleições, principalmente no que diz respeito à aceitação dos resultados (International IDEA et al., 2024).

Encarregados da responsabilidade de organizar eleições, os Órgãos de Administração Eleitoral (EMBs) encontram-se, inadvertidamente, no centro dessa arena, entre a integridade eleitoral e a integridade da informação. Por um lado, a credibilidade das eleições que realizam depende do nível de informação dos cidadãos; por outro, o ambiente em que operam está repleto de informações deliberadamente falsas e abuso da inteligência artificial (IA) por agentes de má-fé. Portanto, para garantir a sustentabilidade das eleições e, de forma mais ampla, a governança democrática na região da África Ocidental, os EMBs precisam refletir sobre o papel que devem desempenhar para defender o direito dos cidadãos ao acesso a informações legítimas sobre os processos eleitorais.

Criada em 2008 como a organização guarda-chuva dos órgãos de gestão eleitoral na África Ocidental, a ECONEC tem como principal objetivo promover a realização de eleições pacíficas, justas e legítimas, cujos resultados sejam aceitos por todas as partes interessadas. Suas ações incluem a realização de simpósios sobre temas relevantes para os administradores eleitorais, programas de capacitação, eventos de aprendizagem entre pares, pesquisa e defesa de direitos. Assim, em busca de cumprir seu objetivo e mantendo sua tradição de organizar simpósios anuais, a ECONEC planeja realizar uma conferência sobre o tema " *Integridade da Informação e Integridade Eleitoral: Qual o Papel dos Órgãos de Administração Eleitoral na Era das Redes Sociais?* ". Este tema é particularmente pertinente em um momento em que a crescente apatia dos eleitores em relação às eleições, aliada ao uso generalizado das redes sociais para disseminar informações falsas, está levando à aceitação popular de mudanças inconstitucionais de governo e à ascensão de regimes militares autocráticos na região da África Ocidental.

Objetivos

O principal objetivo do simpósio é avaliar criticamente o papel dos EMBs na promoção da integridade da informação, um aspecto crucial para a proteção da integridade eleitoral.

Mais especificamente, o simpósio tentará:

- Analisar questões conceituais relacionadas à obrigação de garantir o acesso dos cidadãos à informação sobre os processos eleitorais;
- Analisar o papel dos EMBs na garantia de um ambiente de informação transparente durante o processo eleitoral;
- Explorar como os EMBs respondem às três perguntas pertinentes: *O quê? Como? Quando?* ao estruturar suas estratégias de informação e comunicação com os eleitores;
- Avaliar o impacto dos meios de comunicação digitais na integridade do processo eleitoral; e
- Apresentar recomendações sobre como os EMBs podem aproveitar os meios de comunicação digitais para cumprir suas obrigações de garantir a integridade do espaço informativo e fornecer aos cidadãos acesso à informação sobre o processo eleitoral.

Metodologia

O simpósio será organizado em torno de vários painéis de discussão sobre temas específicos. Um moderador conduzirá cada painel, que será composto por debatedores que farão apresentações introdutórias para abrir a discussão geral sobre os temas levantados.

Um relator ficará responsável por elaborar um relatório abrangente das deliberações do simpósio. Este relatório servirá de base para a preparação de uma nota de diretrizes sobre o acesso à informação e as eleições em África.

Resultado(s) esperado(s)

Ao final do simpósio, espera-se que os participantes compreendam mais claramente:

- Os fundamentos teóricos do acesso à informação como um direito do cidadão;
- Que tipo de informação os cidadãos precisam ter para participarem plenamente no processo eleitoral;
- As oportunidades e os desafios da utilização das redes sociais no processo eleitoral; e
- Como os EMBs podem usar adequadamente as redes sociais para fornecer aos cidadãos acesso a informações sobre o processo eleitoral.

Público-alvo

Os participantes-alvo do simpósio são:

- Presidentes e/ou membros dos EMBs membros da ECONEC;

- Diretores de comunicação de empresas afiliadas à ECONEC – EMBs;
- Especialistas em comunicação e em outras áreas temáticas;
- Organizações da sociedade civil;
- Parceiros envolvidos no fornecimento de apoio/assistência eleitoral aos órgãos eleitorais (incluindo a UA, ECF-SADC, International IDEA, IFES, EISA, PNUD, CHR, etc.); e
- A mídia.

Línguas e documentos de trabalho

O simpósio será realizado nas três línguas oficiais da CEDEAO (inglês, francês e português), com interpretação simultânea.

As Diretrizes sobre Acesso à Informação e Eleições na África, os Princípios e Diretrizes para o Uso de Mídias Digitais e Sociais em Eleições na África, lançados recentemente, e as apresentações em PowerPoint dos diversos debatedores servirão como os principais documentos de trabalho para o simpósio.

Anexo B: Programação

PRIMEIRO DIA, 11 de novembro de 2024

08:30–09:00	Chegada e inscrição dos participantes	EC Serra Leoa/ECONEC
Cerimônia de abertura		
09:00–09:04	Mensagem de boas-vindas da <i>Sra. Yvonne Aki-Sawyer</i> , Prefeita de Freetown.	
09:04–09:08	Mensagem de felicitações da <i>Dr. Roba D. Sharamo</i> , Diretor para África e Ásia Ocidental do International IDEA.	
09:08–09:12	Mensagem de felicitações do <i>Sr. Baidessou Soukolgue</i> , Diretor Executivo da EISA.	
09:12–09:16	Mensagem de felicitações do <i>Embaixador Harouna Moussa</i> , Representante Residente da CEDEAO.	
09:16–09:20	Mensagem de felicitações do <i>Dr. David Moinina Sengeh</i> , Ministro-Chefe	
09:20–09:25	Declaração de abertura do <i>Sr. Mohammed Konneh</i> Presidente da Comissão Eleitoral da Serra Leoa e Presidente da ECONEC.	
09:25–09:45	Discurso principal	
09:45–10:00	Foto de grupo e pausa para lanche	
Sessões plenárias		
Painel 1: Eleições recentes em foco: O objetivo desta sessão é analisar em conjunto as eleições realizadas na região recentemente, dando aos administradores eleitorais a oportunidade de compartilhar suas opiniões sobre o que funcionou bem, os desafios que enfrentaram, as lições aprendidas e as oportunidades que vislumbram para o futuro.		
10:00–10:05	Apresentação do painel e do (s) debatedor (es): <i>Sr. Serigne Mamadou Ka</i> , Secretário Executivo, ECONEC	
10:05–10:25	Eleições gerais de 2023 na Libéria: <i>Sr. Alvin T. Jalloh</i> , NEC Libéria	
10:25–10:45	Eleições presidenciais de 2024 no Senegal: <i>Sr. Biram Sene</i> , DGE Senegal	
10:45–11:30	Perguntas e Respostas – Discussões Gerais: Moderador, debatedores e participantes	
Painel 2: Marcos normativos sobre o acesso à informação e os processos eleitorais: O objetivo desta sessão é preparar o terreno para a compreensão de por que os EMBs têm o dever de garantir que os cidadãos tenham acesso à informação sobre o processo eleitoral.		
11:30–11:35	Apresentação do painel e do (s) debatedor (es): <i>Sra. Hlengiwe Dube</i> , CHR, Universidade de Pretória	
11:35–11:50	Quadros normativos: <i>Sr. Maxwell Kadiri</i> , Open Society Foundation	

PRIMEIRO DIA, 11 de novembro de 2024

11:50–12:05	Quadros normativos: <i>Sr. Jeggan Grey-Johnson</i> , Open Society Foundation
12:05–12:20	Quadro conceitual: integridade eleitoral e integridade da informação: <i>Dra. Marystella Simiyu</i> , CHR, Universidade de Pretória
12:20–13:00	Perguntas e Respostas – Discussões Gerais: Moderador, debatedores e participantes
13:00–14:00	Pausa para almoço
Painel 3: Fornecendo acesso à informação sobre eleições: Esta sessão explorará os tipos, o alcance e os limites da informação que os EMBs devem disponibilizar aos cidadãos para garantir a participação informada no processo eleitoral.	
14:00–14:05	Apresentação do painel e dos debatedores: <i>Sra. Clara Cole</i> , Diretora para África, IFES
14:05–14:25	Uma visão geral das boas práticas em informação e comunicação com o eleitor: <i>Sr. Mamadou Seck</i> , Diretor da Synapsus Consulting
14:25–14:45	Uma visão geral das boas práticas em informação e comunicação com o eleitor: <i>Dr. Emmanuel Akwetey</i> , Diretor Executivo, IDEG
14:45–15:30	Perguntas e respostas – Discussões gerais: Moderador, debatedores e participantes
15:30–15:40	Pausa para lanche
Painel 4: Acesso à informação na era digital: Oportunidades e desafios: Esta sessão irá explorar como a utilização das redes sociais criou tanto oportunidades como riscos no que diz respeito ao acesso à informação nos processos eleitorais.	
15:40–15:45	Apresentação do painel e do (s) debatedor (es) <i>Sra. Lenny Taabu</i> , Coordenadora de Programas, EISA
15:45–16:05	<i>Sr. George Kofi Sarpong</i> , Secretário Executivo da NMC Gana
16:05–16:25	<i>Sr. Osama Aljaber</i> , Especialista em Democracia Digital, PNUD (Virtual)
16:25–16:50	Perguntas e respostas – Discussões gerais Moderador, debatedores e participantes

12 de novembro de 2024: Segundo dia

08:30–09:00	Chegada e inscrição dos participantes EC Serra Leoa/ECONEC
09:00–09:15	Resumo do primeiro dia <i>Sr. Serigne Mamadou Ka</i> , Secretário Executivo, ECONEC
Painel 5: Estratégias dos órgãos de gestão eleitoral para garantir o acesso à informação durante as eleições: Esta sessão proporcionará aos EMBs a oportunidade de compartilhar suas experiências na elaboração e implementação de suas estratégias de informação ao eleitor, com foco no "O quê?", "Como?" e "Quando?"	
09:15–09:20	Apresentação do painel e do (s) debatedor (es) <i>Sr. Tawanda Chimhini</i> , Comissão da União Africana

12 de novembro de 2024: Segundo dia

09:20–09:40	A experiência de Serra Leoa <i>Sra. Zainab Umu Moseray</i> , Comissária Eleitoral, ECSL
09:40–10:00	Como os EMBS podem promover o acesso à informação <i>Sra. Olufunto Akinduro</i> , Oficial Sênior de Programas, IDEA
10:00–10:30	Perguntas e Respostas – Discussões Gerais Moderador, debatedores e participantes
10:30–10:45	Pausa para lanche
Painel 6: Utilizando as redes sociais para defender a liberdade de acesso à informação: Esta sessão apresentará sugestões e orientações sobre como os órgãos de gestão eleitoral podem utilizar as ferramentas das redes sociais para cumprir a sua obrigação de proporcionar aos cidadãos acesso à informação sobre o processo eleitoral.	
10:45–10:50	Apresentação do painel e do (s) debatedor (es) <i>Sr. Utloile Silaigwana</i> , Diretor Eleitoral, ZEC Zimbabwe
10:50–11:10	<i>Dr. Kojo Impraim</i> , Diretor da MfPSD, Media Foundation for West Africa
11:10–11:30	<i>Sr. Sy Mamabolo</i> , Diretor Eleitoral, Comissão Eleitoral Independente da África do Sul.
11:30–12:00	Perguntas e Respostas – Discussões Gerais Moderador, debatedores e participantes
Concluindo	
12:00–12:15	Resumo das discussões <i>Sra. Mariama Toure</i> , Oficial de Programa Júnior, ECONEC
12:15–12:20	Voto de agradecimento <i>Sr. Serigne Mamadou Ka</i> , Secretário Executivo, ECONEC

Sobre a ECONEC

A Rede de Comissões Eleitorais da CEDEAO (ECONEC) é a organização que congrega os órgãos de gestão eleitoral (EMB) da África Ocidental. A Rede é membro da Associação das Autoridades Eleitorais Africanas (AAEA).

Fundada em fevereiro de 2008 para promover eleições livres, justas e legítimas, a Rede foi inspirada na Declaração de Princípios Políticos da CEDEAO sobre Liberdade, Direitos dos Povos e Democratização de 1991. Trata-se de uma reafirmação do compromisso com as disposições pertinentes do Protocolo da CEDEAO relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança em Casos de Conflitos (1999), guiado pelo Protocolo Suplementar sobre Democracia e Boa Governança (2001) e pela Decisão dos Chefes de Estado e de Governo de Dakar (2003). Esta iniciativa regional demonstra um renovado compromisso com a democracia em África e com o fortalecimento da ordem democrática no continente.

Objetivos

1. A promoção de eleições livres e legítimas na África Ocidental;
2. A promoção de entidades independentes e imparciais para a gestão eleitoral;
3. O fortalecimento da confiança pública no processo eleitoral através de procedimentos eleitorais livres e legítimos;
4. O desenvolvimento de funcionários eleitorais íntegros, com forte senso de serviço público e compromisso com a democracia;
5. Possibilitar previsibilidade ao sistema eleitoral
6. Assumir o compromisso com a promoção e consolidação da cultura democrática para criar um ambiente propício à organização pacífica de eleições;
7. Partilhar de experiências, informações, tecnologia e documentos eleitorais;
8. Cooperação para o aperfeiçoamento das leis e práticas eleitorais;
9. Harmonização gradual das leis e práticas eleitorais, conforme apropriado, aproveitando as boas práticas em matéria eleitoral;
10. Racionalização e partilha de recursos para reduzir o custo da realização de eleições; e
11. Melhorar as condições de trabalho dos seus membros no cumprimento do seu mandato.

Para atingir seus objetivos, a Rede organiza e apoia atividades como workshops, seminários, simpósios, reuniões, intercâmbio de pessoal, financiamento de pesquisas relevantes, observação eleitoral, disseminação de informações e compartilhamento de experiências sobre assuntos eleitorais e, em geral, todas as atividades ou iniciativas que contribuam para a concretização de seus objetivos.

Associação

A composição da ECONEC é formada pelas EMBS dos quinze países membros da CEDEAO (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo).

Entre em contato conosco:

Secretariado Permanente da ECONEC
The Electoral Institute
20th Street, Off Independence Avenue
Central Business District, Abuja
República Federal da Nigéria
X e Instagram: @econec_resao

Site: www.resao-econec.org

Sobre a IDEA International

O Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) é uma organização intergovernamental com 35 Estados-Membros fundada em 1995, com a missão de apoiar a democracia sustentável em todo o mundo. Com 20 escritórios em todo o mundo e operações em mais de 60 países, o IDEA Internacional tem acesso único e oportunidades de advocacy junto a atores políticos em todos os níveis, bem como um considerável poder de convocação entre a sociedade civil global. Desde 2003, o IDEA Internacional tem status de observador na Assembleia Geral da ONU; em 2023, o Instituto foi admitido no processo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima como uma organização observadora intergovernamental.

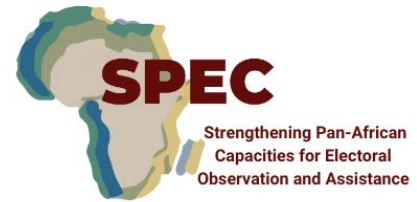
<<https://www.idea.int>>



IDEA International
Strömsborg
SE-103 34 Stockholm
SUËDE
+46 8 698 37 00
info@idea.int
www.idea.int



Funded by
the European Union



Os órgãos de gestão eleitoral (EMBs) desempenham um papel fundamental para garantir que o público tenha acesso a informações precisas e atualizadas, como condição essencial para a integridade eleitoral e da informação. No entanto, embora a legitimidade das eleições supervisionadas pelos EMBs dependa do nível de informação dos cidadãos, os próprios órgãos precisam operar em um ambiente informacional cada vez mais complexo – caracterizado pela disseminação de desinformação, deepfakes, propaganda gerada por inteligência artificial e outras táticas de manipulação.

Este documento de diretrizes explora como os EMBs podem lidar com esse duplo desafio e quais medidas podem ajudá-los a fortalecer seu papel em uma era dominada pelas mídias digitais e redes sociais. Ele examina as pressões e os riscos que os EMBs enfrentam, considera estratégias e melhorias; e oferece recomendações práticas para aprimorar tanto a informação, quanto a integridade eleitoral. Tem como público-alvo os Estados-membros da CEDEAO, EMBs, organizações da sociedade civil, especialistas em comunicação e parceiros de desenvolvimento.